Capítulo II

O desenvolvimento capitalista e a fronteira nos Estados Unidos

Otávio Guilherme Velho

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

VELHO, OG. *Capitalismo autoritário e campesinato*: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009. O desenvolvimento capitalista e a fronteira nos Estados Unidos. pp. 8-25. ISBN: 978-85-99662-92-2. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

Capítulo II

O desenvolvimento capitalista e a fronteira nos Estados Unidos

A comparação do seu país com os Estados Unidos tem sempre fascinado os brasileiros. Obviamente, desde o século XIX o fenômeno americano criou um interesse geral em todo o mundo: o trabalho de Tocqueville e a sua popularidade é um dos primeiros sintomas disso. Mas no caso dos brasileiros esse interesse tem sido especialmente agudo devido à combinação simultânea de vários importantes traços em comum entre os dois países juntamente com muitas diversidades. Entre o que existe em comum, costuma-se apontar o fato de ambos os países pertencerem ao Novo Mundo e possuírem áreas muito extensas e comparáveis. Entre as diferenças, a mais óbvia seria o grande desenvolvimento dos Estados Unidos e o relativo “atraso” brasileiro.

Com maior ou menor sofisticação, o contraste é em geral visto como estando ligado ao processo de ocupação do território, juntamente com diferenças religiosas, étnicas e outras entre os colonizadores.

A questão das duas *fronteiras em movimento* é, assim, em termos históricos, colocada desde o início no cerne das comparações. O trabalho clássico a respeito e que será mencionado adiante é *Bandeirantes e Pioneiros* de Vianna Moog.

Curiosamente, no entanto, apesar do interesse na comparação com os Estados Unidos e o seu processo de ocupação, a obra de Frederick Jackson Turner é praticamente ignorada no Brasil¹. Todavia, a importância atribuída à obra de Turner nos Estados Unidos sugere que poderá ser relevante para esta discussão, não como um referente empírico imediato, mas de forma mais teórica. É isto que procuraremos descobrir a partir dos debates sobre Turner.

¹ Sabemos apenas da existência de uma curta nota biográfica sobre Turner de autoria de Maria Yedda L. Linhares (1959). Há também algumas curtas referências a Turner por exemplo em Buarque de Holanda (1957) e espalhadas pela obra de Gilberto Freyre. Esse último caso é interessante se nos recordarmos que Freyre – que estudou na Universidade de Colúmbia na década de 20 – é, tal como Turner para os Estados Unidos, o cientista social brasileiro cujo trabalho se tornou mais amplamente conhecido e que combinando ciência e ideologia pretende, em última análise, uma interpretação geral da sociedade brasileira.

A “Tese de Turner”

Frederick Jackson Turner foi o mais importante teórico e historiador da fronteira norte-americana. Na verdade, a chamada “Tese de Turner” (*Turner thesis*) envolve não só a fronteira *per se*, mas implica numa “tese” geral sobre a sociedade norte-americana vista a partir da perspectiva da influência da *fronteira* sobre essa sociedade. Em suas próprias palavras: “A existência de uma área de terras livres, o seu recuo contínuo e o avanço ia povoamento americano em direção ao Oeste explicam o desenvolvimento americano”. E: “O ponto de vista correto para o estudo da história desta nação não é a costa atlântica, e sim o Grande Oeste”.

Como Richard Hofstadter (Hofstadter e Lipset, 1968: 3) aponta referindo-se ao conhecido trabalho de Turner *The Significance of the Frontier in American History*, lido na Associação Histórica Americana em 1893 e do qual foram retiradas as citações acima:

(...) O trabalho de Turner pretendia desafiar algumas das noções dominantes dos historiadores do Leste. A primeira... era a suposição de que a democracia americana e o autogoverno local haviam se originado, através da Inglaterra, de remotas instituições políticas anglo-saxãs (...) A outra era a suposição implícita de que a significância da experiência americana residia basicamente na questão da escravatura.

As opiniões de Turner influenciaram poderosamente os historiadores norte-americanos e até hoje uma boa parte das discussões sobre a história dos Estados Unidos giram em torno delas. A sua “tese” pode ser brevemente sintetizada da seguinte maneira²:

1. Na fronteira americana tem-se “uma recorrência do processo de evolução em cada área do Oeste alcançada no processo de expansão”. (em Taylor, 1967: 1) E esse “contínuo contato com a simplicidade da sociedade primitiva fornece as forças que dominam o caráter Americano” (em Taylor, 1967: 2).

² Ver especialmente seu *The Significance of the Frontier in American History* e *Contributions of the West to American Democracy* em Taylor (1967: 1-18 e 19-33) e *Social Forces in American History* em Turner (1921: 311-334).

2. “Desde o momento em que as montanhas se antepuseram entre o pioneiro e a costa, surgiu uma nova ordem de americanismo. O Oeste e o Leste começaram a perder o contato um com o outro” (em Taylor, 1967: 8).
3. “... A fronteira promoveu a formação de uma nacionalidade compósita para o povo americano” (em Taylor, 1967: 10).
4. “O crescimento do nacionalismo e a evolução das instituições políticas americanas dependeram do avanço da fronteira” (em Taylor, 1967: 11).
5. “As características econômicas e sociais da fronteira trabalharam contra o seccionalismo” (em Taylor, 1967: 13). “A mobilidade da população constitui a morte do localismo...” (em Taylor, 1967: 14).
6. “... a fronteira produz o individualismo” (em Taylor, 1967: 14).
7. “O surgimento da democracia como uma força efetiva na nação foi introduzida pela preponderância do Oeste...” (em Taylor, 1967: 15), sobretudo a partir de Andrew Jackson (em Taylor, 1967: 24-25). Tinha como sua base social o pequeno produtor rural.
8. A fronteira americana agiu como uma espécie de “válvula de segurança” de oportunidades que impediu o desenvolvimento da consciência de classe e de lutas de classe agudas nos Estados Unidos (em Taylor, 1967: 28).
9. Com o fechamento da fronteira no final do século XIX “a era da livre competição entre os indivíduos pelos recursos não apropriados da nação” aproxima-se do seu final (Turner, 1921: 312). A válvula de segurança deixa de funcionar e “essa é sobretudo a era em que a competição individual no meio de vastas oportunidades não apropriadas cede lugar ao monopólio dos processos industriais fundamentais através de enormes agregações de capital...” (Turner, 1921: 317-18).
10. Desde os tempos coloniais houve uma disputa entre o pioneiro democrático e o “capitalista” (Turner, 1921: 325). Mantém-se uma disputa persistente entre a “democracia radical” desenvolvida especialmente por influência da fronteira e os “interesses conservadores” através da história americana, como pode ser visto no contraste entre as doutrinas e práticas do posseiro – “a captura dos melhores solos, a tomada da madeira pública baseado na teoria de um direito derivado do

trabalho dispendido” – e a visão “conservadora” da propriedade privada. (Turner, 1921: 328) Com o fechamento da fronteira “há esforços para encontrar substitutos para essa antiga salvaguarda da democracia...” (Turner, 1921: 321) porque “a democracia americana estava baseada numa abundância de terras livres; estas eram as condições mesmas que modelaram o seu crescimento e os seus traços fundamentais” (Turner, 1921: 320). “O presente encontra-se engajado na tarefa de reajustamento dos seus antigos ideais a novas condições, voltando-se cada vez mais para o governo em busca da preservação da sua democracia tradicional” (Turner, 1921: 321).

Turner estava fundamentalmente interessado na fronteira norte-americana. Porém deve ser mencionado – como Gerhard (Gerhard, 1958-59) aponta – que ele “também se referia à *fronteira* como uma fase num processo geral de evolução, cujo significado na formação de outras sociedades deveria ser investigado”. Mencionou especificamente a “Rússia, Alemanha e as colônias inglesas no Canadá, Austrália e África”. (Turner, 1932) É possível, aliás, que paradoxalmente aí resida uma explicação para a pouca referência à obra de Turner entre os cientistas sociais brasileiros. Se a sua tese se restringisse ao caso norte-americano, as óbvias diferenças poderiam encontrar explicações de natureza cultural ou histórica. Mas como a “tese” pretende ser “transcultural” e “trans-histórica”, as abordagens em geral culturalistas e/ou historicistas dos *scholars* brasileiros não permite enfrentá-la no próprio terreno em que ela poderia ser discutida a fundo, mas apenas ignorá-la de saída escudados nestas diferenças evidentes.

O fato é que esse problema não se restringiu aos estudiosos brasileiros. Algumas tentativas não muito bem sucedidas foram feitas na direção da discussão da “tese” de Turner em outros contextos (por exemplo Gerhard, 1958-59; Treadgold, 1952; Mikesell em Hofstadter e Lipset, 1968; Lipset em Hofstadter e Lipset, 1968 etc.). É interessante notar que Lipset nesse contexto refere-se especificamente ao Brasil. Ao tentar dar conta das diferenças entre a *fronteira* nos Estados Unidos e no Brasil (“... o maior, o mais populoso e o mais ricamente dotado dos países latino-americanos...”) e porque “tem tido resultados muito mais modestos”, baseia-se em Vianna Moog. Parece aceitar inteiramente o ponto de vista de Moog de que as diferenças residem nas “motivações e ideais” diferentes do pioneiro norte-americano e do bandeirante brasileiro do período colonial:

Moog relaciona a natureza diferente das *fronteiras* no Brasil e nos Estados Unidos ao fato de que durante três séculos no Brasil a principal motivação para ir à fronteira era enriquecer rapidamente, encontrar ouro ou outros metais preciosos, e que o trabalho, em ocupações urbanas ou rurais, era denegrido como sendo adequado somente para escravos, enquanto que os colonizadores ingleses e depois americanos buscavam novos lares baseados no seu próprio trabalho. Essas diferenças ligavam-se a diferentes traços culturais e motivações para buscar uma nova oportunidade na *fronteira* (em Hofstadter e Lipset, 1968: 11).

É difícil saber até que ponto essa explicação é consistente com a tese de Turner. Apesar de Lipset não se aperceber disso; ela pelo menos certamente significaria uma restrição no que diz respeito à força da *fronteira* como tal na criação de uma situação que pelas suas próprias características minimiza os fatores culturais e as motivações iniciais.

Na verdade, Moog parece fazer objetivamente parte de um conjunto de autores que coloca os traços culturais como o determinante principal da colonização. Um dos mais destacados entre estes autores, Owen Lattimore (1962: 489-91), colocou explicitamente a oposição dessa corrente à tese de Turner:

Ele (OGV: Turner) não considera o fato de que quando os ingleses desembarcaram na América do Norte com a bagagem cultural e social que trouxeram, também deixaram alguma coisa para trás; e incluído no que deixaram estava a família hereditária, aristocrática, agrária amarrada pelo que ainda restava do feudalismo mais proximamente à coroa do que ao restante do complexo de instituições da Inglaterra. A própria Inglaterra já estava começando a se transformar de uma sociedade dominada pela nobreza e a *gentry* rurais em uma sociedade a princípio comercial e depois crescentemente industrial; mas isso só poderia se dar lentamente, devido ao peso dos interesses envolvidos. Os americanos, devido às instituições que haviam deixado para trás bem como as que trouxeram com eles, e não simplesmente por causa da terra livre e abundantes matérias-primas da *fronteira* de povoamento, foram capazes, uma vez que se livraram de suas limitações coloniais, de avançar na mesma direção que os ingleses, porém ainda mais rapidamente... Turner, na verdade, era um observador perspicaz; mas o que viu tão claramente, ele viu de cabeça para baixo. Em larga medida, quando pensou ter visto o que a *fronteira* provocava na

sociedade, na verdade estava vendo o que a sociedade provocava sobre a *fronteira* (Lattimore, 1962: 490).

O argumento mais poderoso a favor dessa corrente parece advir exatamente dos estudos comparativos e do reconhecimento óbvio de que em outros países a *fronteira* não parece ter tido o efeito esperado por Turner.

Porém, será possível trabalhar consistentemente com essa explicação alternativa? Para Moog as diferenças culturais principais entre os primeiros colonizadores nos Estados Unidos e no Brasil residiam na esfera religiosa: protestantes e sobretudo calvinistas por um lado, católicos por outro. Na verdade, a sua explicação segue muito proximamente a argumentação de Max Weber para o aparecimento e crescimento do capitalismo. Mas quando se chega à discussão da dinâmica interna da sociedade colonial brasileira, ele tem que distinguir o bandeirante de outros tipos, sobretudo do senhor de engenho. Da mesma forma, quando considera o espírito do americano contemporâneo, que de acordo com ele contrasta com o espírito puritano original, termina por atribuir isto à influência mitigante de outras seitas cristãs e à “predisposição ao otimismo que a prosperidade e o domínio crescente da natureza lhe trouxeram” (Moog, 1969: 231-32). Assim, forma-se um círculo vicioso. Aqueles que partem de um ponto de vista turneriano recorrem a explicações culturalistas quando as comparações são postas na ordem do dia. E aqueles como Moog, que partem de diferenças culturais numa perspectiva comparativa, são apanhados pelo problema de avaliar os efeitos da *fronteira* quando tentam dar conta da dinâmica *interna* da sociedade e a sua diferenciação em tipos sociais distintos e mesmo opostos, apesar de seu fundo cultural basicamente comum.

* * *

Na verdade uma avaliação definitiva da tese de Turner tem se mostrado uma tarefa difícil para os historiadores e cientistas sociais americanos em geral. Por um lado, embora fortemente criticada ela sempre parece reaparecer. Por outro lado, independentemente de sua validade científica, coincide e pode ter ajudado a reforçar certas crenças que dizem respeito ao chamado “excepcionalismo americano”, que acentuam a unicidade da experiência americana, e que têm servido a propósitos ideológicos bem definidos. Louis M. Hacker (em Taylor, 1967), um de seus críticos, já havia dito em 1933:

Somente através de um estudo das origens e crescimento do capitalismo e do imperialismo americanos poderemos adquirir conhecimento sobre a natureza e complexidade dos problemas que enfrentamos hoje. E estou preparado para afirmar que talvez a principal razão para a ausência dessa compreensão apropriada tenha sido a inútil busca de um ‘espírito americano’ exclusivo que Frederick Jackson Turner iniciou há quarenta anos atrás e na qual envolveu a maioria dos estudiosos americanos da história desde então até agora. (...) O crescimento histórico dos Estados Unidos, em suma, não foi excepcional; somente no que diz respeito a certas particularidades e por um breve período de tempo, foi diferente do padrão europeu devido em grande parte aos processos de povoamento. (...) A agricultura, sobretudo a agricultura daquelas áreas do Oeste a que Turner dava tanta importância, foi apenas um ponto de apoio para a indústria; uma vez tendo servido a sua finalidade, ou seja, o desenvolvimento capitalista da nação, pode ser politicamente negligenciada e por fim abandonada economicamente.

Afora o fato de que não se pode deixar de pensar se a simples identificação do caso americano – ou qualquer outro com o desenvolvimento do capitalismo em geral ajuda a esclarecê-lo, deve-se também observar que alguns dos problemas apontados (sem entrar numa crítica do crítico) podem ter se devido, pelo menos em parte, mais às simplificações dos seus seguidores e às utilizações ideológicas da sua tese do que ao próprio Turner. Em seu trabalho sobre *Social Forces in American History* – escrito em 1910 – ele parecia razoavelmente consciente sobre o fato de que desde o final do século XIX os Estados Unidos haviam embarcado em um novo período de sua história, onde fraquejavam as antigas bases sociais da democracia, mas em que grandes esforços eram despendidos para manter as velhas ficções ideológicas que eram tão poderosas e possuíam um grande efeito integrador. Certamente ele era ambíguo no que diz respeito ao seu próprio ponto de vista em relação a isso; Todavia, nesse trabalho de fato parecia antecipar parcialmente algumas das idéias que anos mais tarde seriam desenvolvidas por C. Wright Mills e outros a respeito da sociedade de massas americana. Isso se torna evidente, por exemplo, quando Turner diz:

(...) os senhores da indústria, que controlam interesses que representam bilhões de dólares, não admitem ter rompido com os ideais dos pioneiros. Eles se consideram como pioneiros sob novas condições, levando adiante o velho trabalho de desenvolver os

recursos naturais da nação, compelidos pela febre construtiva que arde em suas veias, mesmo doentes ou na velhice e depois de ter acumulado riquezas além do seu poder de gozá-las, a buscar novas vias de ação e poder, abrindo novas clareiras, encontrando novas trilhas, expandindo o horizonte da atividade da nação, estendendo o âmbito de seu domínio” (Turner, 1921: 319).

Já em 1903 havia dito que a “revolução” que estava se processando tinha a ver com “quatro mudanças marcantes”: “a exaustão da oferta de terras livres”, a “concentração do capital no controle de indústrias fundamentais” e “a combinação de trabalho nestas mesmas vastas indústrias”, além “da expansão dos Estados Unidos política e comercialmente para terras no além-mar” e o fato de que os partidos políticos agora tendiam “a dividir-se em torno de controvérsias que dizem respeito à questão do socialismo” (em Taylor, 1967: 20-21). Todavia, ele tinha esperanças na preservação da democracia baseadas na possibilidade dos “senhores da indústria” manterem-se fiéis à democracia de que eram produtos (em Taylor, 1967: 31), porém, ainda mais, baseadas na intervenção governamental contra os monopólios seguindo uma tradição democrática (Turner, 1921: 321).

Essas esperanças de fato parecem ingênuas e tendem a obscurecer o diagnóstico bastante interessante que havia feito da situação que se desenvolvia. De fato, o que é exasperante sobre Turner é que a sua consciência do processo histórico parece servir-lhe como as peças para a construção de novas racionalizações. É possível que a sua ingenuidade só o seja em termos estritamente científicos. Como Gilberto Freyre no Brasil, bem como aqueles poucos outros cientistas sociais cujo trabalho tem atravessado as fronteiras acadêmicas, ele parece possuir uma grande sensibilidade para manter-se em contato com o inconsciente ideológico do seu povo e com a sua auto-imagem. A “Fronteira” e a “Democracia” parecem desempenhar um papel proeminente nisso. Nesse sentido, a análise que Beckman (1965-66) faz da *fronteira* de Turner como constituindo o *locus* para uma representação simbólica do complexo de Édipo (Leste = pai; fronteira = mãe; homem da fronteira = criança) é interessante. É também possível perceber a sua tese como um mito de ordem antropológica, em que a ida para o Oeste parece possuir muitos dos elementos de um *rite de passage* para o estabelecimento da identidade social e cultural de indivíduos e da sociedade americana como um todo (Prado, 1971). Seu rico conteúdo

pode também permitir um estudo da função da ideologia no mascaramento da dominação de classe. Na verdade pode ser igualmente argumentado que Turner agiu como um *fazedor-de-mitos* (*myth-maker*) ou, como William A. Williams (1969) sugere, que ele recolheu e organizou idéias que já existiam na sociedade americana. As duas possibilidades, tal como no caso de Freyre, não são incompatíveis. O fato permanece, porém, que a análise das funções ideológicas do trabalho de Turner não fornece base suficiente para nos descartarmos dele, tal como de qualquer outro trabalho.

Outra dificuldade encontrada na avaliação da sua tese diz respeito ao esforço para recolher material “factual” que possa prová-la ou refutá-la. As proposições de Turner são muito “gerais” e não facilmente redutíveis a proposições “testáveis”, que geralmente as simplificam. Isso tem sido um problema por exemplo com a sua ideia da *fronteira* como uma “válvula de segurança”. Os seus críticos parecem ter conseguido demonstrar que o número de trabalhadores do Leste que foram para o Oeste e se tornaram *farmers* foi bastante negligenciável (Shannon em Hofstadter e Lipset, 1968). Mas por outro lado, Hofstadter, como outros, acredita que esse não é o fato decisiva “se pudermos estabelecer que os efeitos gerais do movimento para oeste e dos novos recursos e oportunidades que foram trazidos à economia foram de elevar os salários, aumentar o otimismo e embotar os conflitos sociais” (em Hofstadter e Lipset, 1968: 7).

Em consequência de tudo o que foi dito, parece, que o que deve ser enfrentado é que uma abordagem puramente “factual” é – para dizer o mínimo – insuficiente. Implicitamente a tese de Turner apresenta um modelo para a explicação do desenvolvimento da sociedade americana. Pode-se dizer que empiricamente parece haver alguma “verdade” no que ele diz, juntamente com alguns “erros” e “distorções”. Isto, pelo menos, parece ter sido estabelecido nas discussões que têm se desenrolado. Mas a única maneira de superar o problema é tentar apresentar *outro* modelo, que possa incorporar elementos ou partes do anterior. Será um modelo “melhor” se puder dar conta e “explicar” o objeto de estudo de uma maneira mais consistente, completa e satisfatória. Ao mesmo tempo, também será um modelo “melhor” se puder tratar o caso americano como um subcaso, cuja peculiaridade é respeitada mas que diz respeito – como em todo subcaso – aos valores aritméticos concretos dos elementos envolvidos e, eventualmente, às “formas” particulares assumidas por esses elementos. Poderá ter uma “peculiaridade” adicional se os valores aritméticos dos

elementos ou das relações entre eles estiverem de alguma maneira próximos a um “limite”.

Dessa maneira, poderemos tentar superar a controvérsia sobre *unicidade* e *generalidade* que acompanha o desenvolvimento da sociedade americana, tentando construir uma base mais elaborada para uma análise comparativa.

Um modelo básico de desenvolvimento social e político com três elementos

Barrington Moore Jr. em seu *Social Origins of Dictatorship and Democracy* (1969) apresenta um quadro para uma discussão do desenvolvimento dos Estados Unidos. Embora não o diga, implica numa incorporação e superação das velhas dicotomias alternativamente usadas nessa discussão: Norte-Sul e Leste-Oeste. Colocado em termos tão simples, pode parecer que tenha apenas ecleticamente juntado duas orientações diferentes sem maior consequência. Na verdade, a sua nova tricotomia fornece toda uma gama de combinações que iluminam de maneira nova o problema, e que formulada duma maneira mais generalizada, pode servir como base para um modelo bastante útil para propósitos comparativos. Obviamente ele não é o primeiro a fazer uso dessa tricotomia (Beard, 1944), mas foi além dos seus antecessores na sua utilização como instrumento explicativo. Um problema na aceitação das categorias existentes, tal como ele o faz, é que se pode cair em algumas das mesmas armadilhas que os seus predecessores. Particularmente no caso do *Oeste*, como tal, é duvidoso que possa sempre ser visto de forma útil como uma entidade única, mesmo no caso da Guerra Civil que Moore discute. Todavia, tendo isso em mente e levando em conta que de fato Moore está realmente falando é dos *farmers* do Oeste, pode-se evitar a reificação usual dos termos, mas aceitar a terminologia por comodidade.

É interessante notar que assim como os expoentes da dicotomia Norte-Sul minimizavam a importância do *Oeste*, Turner, por outro lado, não dava um significado histórico maior às diferenças entre Norte e Sul que via, em conjunto, como o *Leste* – em oposição ao *Oeste*. Isso aparece bem claramente em diversas das suas afirmações. Por exemplo, ao dizer que “... quando a história americana for vista corretamente, perceber-se-á que a questão da escravidão é um incidente...” (em Taylor, 1967: 11) e “... a

evolução das instituições políticas americanas dependia do avanço da *fronteira*” (*id.*). Ou “O Leste sempre temeu o resultado de um avanço não-regulado da *fronteira*, e tem tentado detê-lo e guiá-lo” (em Taylor, 1967: 15) e “... essa luta entre as classes do interior e da costa” (em Taylor, 1967: 21). E quando se refere sem qualificações à disputa desde os tempos coloniais entre o homem da *fronteira* e o “capitalista” ou “homem de meios”, entre a “democracia radical” e os “interesses conservadores” e entre o direito de propriedade baseado no trabalho despendido *versus* direitos legais sobre a propriedade.

Em parte, pode-se dizer que refletia bem diretamente o que se pode chamar uma ideologia “pequeno burguesa” ou mesmo populista com sua maneira de considerar as “classes superiores” sem fazer distinções sutis. Todavia, isso não é toda a estória. Essa mesma ideologia de certa maneira apreende uma verdade básica a que muitos analistas, tornados cegos por quadros de referência preconcebidos, não prestam atenção. E isso é exatamente o fato de que, embora o “Norte” e o “Sul” representassem possibilidades alternativas de dominação da sociedade, *ambas* essas possibilidades tendiam, no entanto, a ser em última análise capitalistas em sua natureza. Isso não significa que o sistema de *plantation* do Sul tenha ele mesmo que ser necessariamente considerado capitalista. Embora se possa argumentar a favor dessa tese – como muitos o têm feito – pode-se também vê-lo como um modo de produção subordinado em relação ao sistema capitalista³. Como tal, estaria muito “próximo” do capitalismo e ao mesmo tempo sujeito a flutuações provocadas por forças poderosas. Assim sendo, poderia apresentar tendências a “passar” ao capitalismo. Uma economia de *plantation* decadente provavelmente não poderá dar esse passo, a não ser poderosamente auxiliada por alguma força “externa”. Mas uma economia de *plantation* próspera pode gerar capital que, pela lei de rendimentos decrescentes, venha a ser atraído eventualmente para outras aplicações que pelo menos em parte poderiam ser internas ao próprio país. Especialmente em um momento em que o sistema capitalista ainda estava em sua puberdade, por assim dizer, mas já era ao mesmo tempo uma realidade bem viva. É interessante notar que já no século XVIII os donos de *plantation* do

³ Ver Palmeira (1969) e Cupertino (sem data). Weber, alternativamente, viu a *plantation* como a manifestação de uma forte tendência da parte do sistema feudal para orientar-se na direção do capitalismo (1968: 92). Esse ponto de vista também não seria incompatível com a nossa argumentação.

Sul estavam engajados em atividades industriais que iam desde simples tanoarias até complexas e dispendiosas metalurgias que podiam fornecer um retorno razoável sobre o capital investido. Provisões navais (alcatrão, piche, terebintina) também já forneciam bons lucros para um investimento de capital bem baixo (Land, 1969). E Starobin (1970) mostra como até mesmo a escravidão não era absolutamente incompatível com a indústria.

Ao mesmo tempo, deve ser dito que essa diversificação na aplicação de capital era necessariamente lenta, devido à natureza básica da economia e à ausência de qualquer interesse de Estado urgente envolvido. Se não fosse assim, a burguesia nortista teria sido morta no nascedouro, ao invés de ser indiretamente auxiliada financeiramente em seus passos iniciais pelas exportações sulistas. Mas sem dúvida a diversificação estava se dando, e essa tendência provavelmente teria se acelerado se não fosse pela Guerra Civil.

Em qualquer um dos casos – a *plantation* vista como capitalista ou paracapitalista – pode-se concluir, posta de lado qualquer tese estritamente “feudal” sobre a natureza da *plantation*, que ambas as possibilidades têm a ver, em última análise, com o capitalismo.

Por outro lado, no entanto, é importante reconhecer que essas duas manifestações capitalistas são bem diferentes uma da outra. Barrington Moore diz que “o Sul possuía, então, uma civilização *capitalista*, mas não *burguesa*” (1969: 121) (ênfase OGV). Porém o fato de acreditar não poder encontrar nenhuma explicação puramente *econômica* para uma postulada “inevitabilidade” da Guerra Civil reforça o ponto de vista segundo o qual não havia nenhum antagonismo insuperável entre o Norte e o Sul no que diz respeito a sua natureza mais geral. Isso não significa que em nossos termos não houvesse importantes contradições de interesses que de fato criavam sérias fricções, tais como a questão das melhorias internas, tarifas etc. Mas um compromisso não era impossível através de ajustamentos e acomodações setoriais. É interessante notar, como aponta Barrington Moore, que “homens de substância tanto no Norte quanto no Sul forneciam o cerne da opinião moderada”. O que se pode dizer, então, é que apesar das contradições (cuja natureza exploraremos adiante), um compromisso político que respeitasse a correlação de forças era uma forma perfeitamente viável de lidar com essas contradições, mesmo supondo que em última análise um dos dois teria de se tornar dominante.

O Oeste (isto é, basicamente os *farmers* do Oeste) haviam oscilado entre o Norte e o Sul. Até a década de 1830, certamente estava muito próximo da sociedade sulista. Isso formava a base para a chamada “democracia agrária”. Daí em diante com o crescimento simultâneo do mercado de exportação para o algodão do Sul, a continuação do movimento para Oeste e a formação de uma base industrial no Norte – o que se testemunha é o gradual distanciamento do Oeste em relação ao Sul e a criação de laços com o Norte. Isso não significa dizer que havia em qualquer um dos dois movimentos uma completa identificação entre as partes; mas era certamente o caso de interesses econômicos concretos. E obviamente uma economia baseada em centros urbanos como o Norte ofereceria a longo prazo oportunidades de mercado muito mais interessantes para a pequena agricultura do Oeste do que o Sul agrário. Até mesmo Turner, que tendia a tratar Leste e Oeste de uma forma um tanto abstrata, admitiu essa mudança implicitamente quando disse:

A democracia de Jackson era contenciosa, individualista, e buscava o ideal do auto-governo e expansão locais. Lincoln representa, em contraste, os pioneiros que penetraram na floresta do grande Noroeste para levantar uma casa, construir as suas fortunas no meio de um movimento industrial continuamente ascendente (em Taylor, 1967: 26).

Barrington Moore argumenta de forma bastante convincente que foi a existência desse *terceiro* elemento – o Oeste – e as bases que lentamente se desenvolveram para uma aliança com ele, que desequilibraram a balança e permitiram ao Norte confrontar-se com o Sul, ao invés de aceitar um compromisso. Como ele coloca:

O verdadeiro efeito da marcha para Oeste, no entanto, foi o de tornar mais poderosas as forças do primitivo capitalismo competitivo e individualista, espalhando o interesse na propriedade (1969: 131).

Em sua única referência a Turner, diz:

Apesar de todas as qualificações, existe um vital resquício de verdade na famosa tese de Turner sobre a importância da *fronteira* para a democracia americana. Reside no realinhamento de classes sociais e seções geográficas que o Oeste produziu, pelo menos temporariamente. A ligação entre a indústria nortista e os *farmers* livres pôs de lado provisoriamente a clássica solução reacionária ao problema do industrialismo crescente (1969: 131) (...) A evidência

indica muito claramente que a escravidão de *plantation* era um obstáculo à democracia (...) Mas não estabelece de forma alguma clara que a escravidão de *plantation* era um obstáculo ao capitalismo industrial em si (1969: 152).

Em síntese, poder-se-ia dizer que contrariamente à posição de Turner, a principal contradição na sociedade americana na época era entre o tipo de sociedade que estava sendo criado no Norte e o do Sul. Mas a “forma” que através de uma transformação essa contradição eventualmente tomou – de antagonismo frontal – foi determinada pela posição do terceiro elemento – a pequena agricultura de *fronteira* no Oeste.

Nesse contexto, a maior parte dos elementos que Turner apontou na estrutura e ideologia da fronteira – individualismo, sentimentos democráticos etc. – de fato tiveram a sua chance de se imprimir bem firmemente na sociedade americana como um todo. Não se deve esquecer que no caso do Oeste surgiu de fato uma oposição bem definida e direta de interesses em relação ao Sul: a tendência que a próspera economia de *plantation* baseada na escravidão manifestou com o crescimento de seus mercados exportadores de expandir-se para Oeste, ameaçando uma economia em desenvolvimento baseada em *farms* familiares. Essa “sociedade de *farmers*” tendia a expressar-se na forma de uma democracia radical que bem naturalmente incorporava uma atitude antiescravista militante. Apesar de qualquer persistente sentimento de oposição ao Leste como um todo, isto expressava a primeira contradição antagonística que surgiu, influenciando a contradição Norte-Sul. E foi assim que o Oeste⁴, sem ser um elemento *dominante* no sistema, influenciou profunda e decisivamente a sua transformação geral e também o estado resultante. Embora por outro lado – como será sugerido pelo estudo de outros casos – na ausência do Norte industrial burguês, o *farmer* do Oeste certamente não teria se desenvolvido e se expandido tanto quanto o fez.

⁴ Continuamos a utilizar as expressões correntes e que o próprio Barrington Moore incorpora por comodidade. Porém, nesse ponto é bom assinalar que exatamente a tendência à economia de *plantation* expandir-se para Oeste, a que se está referindo o texto, na medida em que se realizou e se constituiu numa das causas imediatas da Guerra Civil devido à questão da ampliação ou não da escravatura para os novos estados, mostra como a expressão geral e geográfica *Oeste* é imperfeita e reificada, de fato devendo entender-se concretamente os pequenos agricultores (*farmers*) do Oeste. Por outro lado, a manutenção no texto da expressão *farmer* sem traduzi-la, deve-se à necessidade de rigor na distinção em relação a outras categorias que serão apresentadas adiante.

Colocando as coisas dessa maneira, pode-se entender melhor em que sentido e limites, nos termos de Turner, “a democracia dos pioneiros livres abateu a aristocracia escravista na sua marcha para Oeste” (em Taylor, 1967: 26) e influenciou profundamente toda a sociedade americana. E também se pode entender em que sentido a “questão da escravidão”, não tendo necessariamente que levar a uma confrontação entre o Norte e o Sul, foi, na expressão não muito correta de Turner, um “incidente”. Curiosamente, foi através do que ele denomina um “incidente” que culminou a afirmação do Oeste na cena americana.

Em termos gráficos, poder-se-ia representar os vários estágios ideais de antagonismo concreto (–), não antagonismo (±) e coincidência de interesses (+) que levaram à Guerra Civil como segue:

Estes gráficos acompanham de perto a argumentação de Barrington Moore. Apenas acrescentaríamos que na nossa perspectiva – que se tornará mais clara adiante – embora um grau maior de compromisso entre o Norte e o Sul poderia ter se dado fossem outras as circunstâncias, isto não excluiria a dominação de um dos dois sobre o outro.

Obviamente a democracia radical do Oeste não poderia impor-se em bloco sobre a América burguesa pós-Guerra Civil. Só poderia tentar fazê-lo caso se voltasse contra o capitalismo burguês. Porém, como veremos adiante, a “democracia radical”; como tal, não representa a possibilidade de um modo de dominação política específico e estável. Barrington Moore

descreve a derrota dos Republicanos Radicais – uma coalizão de trabalhadores, industriais e alguns interesses ligados às estradas de ferro – que entre outras medidas exigiam o confisco de todas as propriedades acima de duzentos acres no Sul vencido e uma drástica reforma agrária. Com o tempo, permitiu-se à economia de *plantation* uma recuperação parcial e inofensiva baseada na parceria.

Porém os “Radicais” tiveram as suas compensações, tal como o *Homestead Act* de 1862. Continuariam a receber importantes concessões. É certo que o tipo de alianças forjado na Guerra Civil ofereceu ao capitalismo burguês americano uma ampla base para uma prolongada expansão, sem sofrer empecilhos significativos da parte de qualquer tipo de tendências capitalistas “reacionárias” de uma forma que é de fato aritmeticamente “peculiar” se comparado com outros casos. Isso é claramente devido, em parte, também ao peso “peculiar” que o *farmer* de *fronteira* adquiriu nos Estados Unidos. Formou a base de uma ideologia bastante persistente que só recentemente tem sido mais seriamente ameaçada, agora que o capitalismo em sua forma monopolista tende a alienar as massas populares que representariam a “democracia” de uma maneira que é cada dia mais difícil ocultar ideologicamente ou através de compensações que tendem a se tornar crescentemente insatisfatórias. Os efeitos dessa nova situação podem, é claro, ser variados e no prazo médio até levar a um movimento revivalista reacionário. Essa porém é outra história, que será mencionada adiante.

Uma generalização inicial do modelo

Numa forma generalizada poder-se-ia traduzir os elementos principais presentes na grande confrontação americana como sendo em última análise, de fato ou potencialmente:

- um capitalismo “autoritário”;
- um capitalismo “burguês”
- um sistema de produção agrícola em pequena escala na *fronteira*.

Poder-se-ia generalizar o terceiro elemento ainda mais. Embora a principal força da “pequena burguesia” envolvida fosse certamente o *farmer* do Oeste, é também verdade que pequenos produtores urbanos e rurais no Leste, juntamente com profissionais tais como jornalistas, advogados etc.,

tiveram um importante papel no processo. Em outras situações históricas sabe-se também da importância que um lumpen-proletariado ou elementos não-trabalhadores podem ter numa situação revolucionária. Assim, ao passar para uma forma algébrica que não se refira a nenhuma situação em particular, poderíamos nos referir de forma mais ampla a todos os elementos combinados como *plebeus*.

Esses elementos plebeus parecem oscilar violentamente de um caso a outro e às vezes no mesmo caso, do lado de *independência* da sua ambígua moeda ideológica para uma busca de *proteção autoritária*. Um dos interesses que a *fronteira em movimento* possui no que diz respeito a esse tipo de personagens, é que aproximadamente nos termos de Turner pode estimular a independência, de uma forma que eventualmente alastre essa influência mesmo aos elementos plebeus da sociedade que não estão de fato na *fronteira*. Isso não quer dizer que a *fronteira* seja um elemento necessário para essa predominância se dar. Não se deve reificar a *fronteira* e também se deve estar preparado para aceitar que outros fatores podem ter papel semelhante. Porém nesse caso deveríamos dizer que não é a *fronteira* como tal ou os outros fatores que possuem essa influência, mas algo que eles “contêm” e que pode estar presente em outras situações e em outras formas. Voltaremos a isso mais tarde, mas como dizia Durkheim:

A um mesmo efeito corresponde sempre uma mesma causa. (...) Acreditou-se que se explicava (o castigo) de maneira igualmente aceitável por causas diferentes; mas isto se deu porque não se percebeu o elemento comum que se encontrava em todos os antecedentes e em virtude do qual produzem um efeito comum (1963: 120).

Todavia, continuaremos a utilizar a *fronteira* como o nosso principal ponto de referência devido à ilustração concreta e significativa que pode oferecer da manifestação de alguns dos fenômenos em que estaremos interessados de uma forma particularmente desenredada ou não-contaminada. Estaremos também particularmente interessados, na *fronteira* ou fora da *fronteira*, com um subelemento da combinação “plebéia”: o pequeno agricultor, a que em geral se refere como “camponês”, especialmente em sua relação com o capitalismo.

Numa nota de rodapé inicial, Barrington Moore justifica da seguinte maneira o fato de não se referir a “camponeses” no caso americano:

Como muitos termos desse gênero, é impossível definir a palavra campesinato com absoluta precisão porque as distinções são obscurecidas nos limites na própria realidade social. Uma história prévia de subordinação a uma classe superior possuidora de terras reconhecida e mantida pela lei, distinções culturais evidentes e um grau considerável de posse *de fato* da terra, constituem os principais traços que distinguem um campesinato...

Embora concordando com a sua conclusão no caso americano, preferiríamos uma argumentação mais estrutural. E esta seria – deixando de lado a “posse da terra”, que não distingue o camponês do *farmer* – que haja como classe uma efetiva (não necessariamente histórica ou legal, segundo a nossa perspectiva) subordinação a outra classe que *pode* ser agrária ou não, podendo também representar a dominação do campesinato por outro modo de produção dentro de uma determinada formação social. No caso americano havia, menos do que uma subordinação estrutural, uma situação de *sócio menor*, e isso para nós é razão suficiente para não considerar os *farmers* como camponeses. Esse ponto será elaborado adiante. Todavia, provisoriamente mencionaremos apenas que tal não será o caso quando o capitalismo “autoritário” for o dominante.

Finalmente, devemos estar alertas para uma última “peculiaridade” do subcaso americano: a ausência relativa dentro do seu campo de elementos “pré-capitalistas” e “pós-capitalistas” agindo sobre o sistema; embora se possa distinguir a presença do que pode ser chamado “paracapitalista” (a *plantation*). Como veremos, esse não é o caso usual e uma versão generalizada do modelo precisa incluí-los. De qualquer maneira, há ainda muitos problemas a serem enfrentados, tal como a questão do papel variado da *fronteira* em cada caso, que nem Turner nem os seus oponentes parecem dar conta. Quando o tentarmos fazer, ver-se-á que o estudo da *fronteira* americana e da obra de Frederick Jackson Turner terá constituído um passo importante nessa direção.